



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. ASSIS CANUTO) PL-R0

ASSUNTO:

Estabelece e define normas de relacionamento entre empregadores e empregados que percebem remuneração complementar no sistema de comissões sobre vendas.

DESPACHO: (ÀS COM. JUST. RED. (ADM) == TRABALHO Art. 24, II

À Com. Just. Red. em 20 de dezembro de 1989

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. Deputado, em 19
- O Presidente da Comissão de Justiça e Redação
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19

PROJETO N.º 4.426 DE 1989

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.426, de 1989.

(DO SR. ASSIS CANUTO)

Estabelece e define normas de relacionamento entre empregadores e empregados que percebem remuneração complementar no sistema de comissões sobre vendas.



(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO (ADM) ;
DE TRABALHO - Art. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

AS COMISSÕES: ART. 24, II

1. Constituição e Just. e Redação (ADM)

2. Trabalho

Em, 05/12/89

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 4.426

Ementa: Estabelece e define normas de relacionamento entre empregadores e empregados que percebem remuneração complementar no sistema de comissões sobre vendas.

DO SR. DEPUTADO ASSIS CANUTO - PL / RO.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Artigo 1º - As comissões devidas aos trabalhadores (comerciários), deverão ser pagas no final de cada mês assim estabelecido:

Pagamento integral das comissões sobre vendas a vista, e pagamento de 50% do valor das comissões sobre vendas a prazo.

§ 1º - As comissões serão objeto de acordo entre o empregador e o empregado.

§ 2º - Nas vendas a prazo o empregado ficará eximido de qualquer responsabilidade futura, a não ser em casos que seja fiador da transação comercial.

Artigo 2º - Em ocasiões de promoções que exijam o trabalho em horas extras, estas deverão ser regamente pagas aos empregados sem prejuízos das comissões conferidas sobre vendas.

Artigo 3º - As promoções nunca deverão ir além das 20 horas, salvo em ocasiões especiais.

§ 1º - São ocasiões especiais: a) Onze de junho (véspera do dia dos namorados), b) Trinta e um de dezembro (véspera de Ano Novo), c) Véspera do dia das mães (data móvel), d) Vés



pera do dia dos pais (data móvel), e) No máximo 10 dias antes do Natal.

Artigo 4º - Todo o pagamento que não fôr efetuado até o dia 10 de cada mês, deverá ser pago com valores corrigidos pelo índice oficial de atualização monetária do Governo.

Artigo 5º - Todos empregados terão direito a um adiantamento em dinheiro no valor de 30% de seu salário a ser realizado até o dia 20 de cada mês.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei busca a estabelecer relações sadias e definidas entre empregadores e empregados que auferam comissões sobre vendas como parte de sua remuneração, e é plenamente justificável pelas razões abaixo expostas:


a) Transparências nas relações de trabalho entre empregadores e empregados,

b) Estimular os empregados a se dedicarem com maior interesse aos negócios dos empregadores, pois serão diretamente beneficiados,

c) Aliviar a justiça trabalhista de volumosas causas e pendências de reclamações de empregados sobre seus direitos,

d) Maior objetividade aos empregadores na definição de seus negócios,

e) Estabelecer justiça social nas relações entre capital e trabalho, etc.


Dep. Amílcar de Oliveira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4426, DE 1989

Estabelece e define normas de relacionamento entre empregadores e empregados que percebam remuneração complementar no sistema de comissões sobre vendas.

AUTOR : Deputado ASSIS CANUTO

RELATOR :

R E L A T Ó R I O

Fixa a proposição do nobre Deputado Assis Canuto critérios para pagamento de remuneração variável dos comerciários de tal modo que no final de cada mês recebam o valor integral sobre vendas a vista e cinquenta por cento sobre vendas a prazo.

O projeto que está, nos termos regimentais, justificado deverá, conforme despacho presidencial, ser apreciado por esta Comissão e, a seguir, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

É o relatório.

V O T O

Dispondo sobre Direito do Trabalho o Projeto, que não apresenta vícios de injuridicidade, é de transparente constitucionalidade.

Estará, também, em condições de merecer aprovação quanto à técnica legislativa se adotada Emenda que elimine os artigos 2º e 3º que determinam que os comerciários deverão, durante as promoções, ter suas horas extraordinárias "regiamente pagas",



sem esclarecer o alcance dessa expressão e abolida a parte final do artigo 6º que manda revogar disposições em contrário, nestes termos:

EMENDA DO RELATOR

Suprimam-se os artigos 2º e 3º, renumerando-se os subsequentes e do artigo 6º, eliminem-se as expressões "revogadas as disposições em contrário."

É o voto.

Sala da Comissão, em